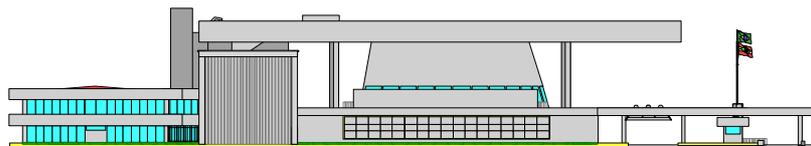


PALÁCIO BARRIGA-VERDE



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO LVIX FLORIANÓPOLIS, 12 DE FEVEREIRO DE 2009 NÚMERO 5.995

16ª Legislatura  
3ª Sessão Legislativa

**MESA**

Jorginho Mello  
**PRESIDENTE**

Gelson Merísio  
**1º VICE-PRESIDENTE**

Jailson Lima  
**2º VICE-PRESIDENTE**

Moacir Sopelsa  
**1º SECRETÁRIO**

Dagomar Carneiro  
**2º SECRETÁRIO**

Valmir Comin  
**3º SECRETÁRIO**

Ada De Luca  
**4º SECRETÁRIO**

**LIDERANÇA DO GOVERNO**

Herneus de Nadal

**PARTIDOS POLÍTICOS**

(Lideranças)

**PARTIDO PROGRESSISTA  
BRASILEIRO**

Líder: Silvio Dreveck

**PARTIDO DO MOVIMENTO  
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**

Líder: Antônio Aguiar

**DEMOCRATAS**

Líder: Cesar Souza Junior

**PARTIDO DOS TRABALHADORES**

Líder: Dirceu Dresch

**PARTIDO DA SOCIAL  
DEMOCRACIA BRASILEIRA**

Líder: Serafim Venzon

**PARTIDO DEMOCRÁTICO  
TRABALHISTA**

Líder: Sargento Amauri Soares

**PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO**

Líder: Narcizo Parisotto

**PARTIDO POPULAR SOCIALISTA**

Líder: Altair Guidi

**PARTIDO REPUBLICANO BRASILEIRO**

Líder: Professora Odete de Jesus

DEPUTADOS ESTADUAIS

LÍCIOMAURO DA SILVEIRA (PP)	CESAR SOUZA JUNIOR (DEM)
KENNEDY NUNES (PP)	DARCI DE MATOS (DEM)
SILVIO DREVECK (PP)	GELSON MERÍSIO (DEM)
JOARES PONTICELLI (PP)	JEAN KUHLMANN (DEM)
RENO CARAMORI (PP)	JÚLIO GARCIA (DEM)
VALMIR COMIN (PP)	
ANA PAULA LIMA (PT)	
ANTÔNIO AGUIAR (PMDB)	JAILSON LIMA (PT)
ADHERBAL DEBACABRAL (PMDB)	DÉCIO GOES (PT)
EDISON ANDRINO (PMDB)	PEDRO BALDISSERA (PT)
ELIZEU MATTOS (PMDB)	PEDRO UCZAI (PT)
GENÉSIO GOULART (PMDB)	DIRCEU DRESCH (PT)
HERNEUS DE NADAL (PMDB)	
ADA DE LUCA (PMDB)	
MANOEL MOTA (PMDB)	SARGENTO AMAURI SOARES (PDT)
MOACIR SOPELSA (PMDB)	DAGOMAR CARNEIRO (PDT)
ROGÉRIO MENDONÇA (PMDB)	
ROMILDO TITON (PMDB)	NARCIZO PARISOTTO (PTB)
RENATO HINNIG (PMDB)	
JORGINHO MELLO (PSDB)	Profª ODETE DE JESUS (PRB)
NILSON GONÇALVES (PSDB)	ALTAIR GUIDI (PPS)
JOSÉ NATAL PEREIRA (PSDB)	
GIANCARLO TOMELIN (PSDB)	
SERAFIN VENZON (PSDB)	
MARCOS VIEIRA (PSDB)	

**DIRETORIA  
LEGISLATIVA**

**Coordenadoria de Publicação:**  
responsável pela digitação e/ou  
revisão dos Atos da Mesa Diretora e  
Publicações Diversas, diagramação,  
editoração, montagem e distribuição.  
Coordenador: Eder de Quadra  
Salgado

**Coordenadoria de Taquigrafia:**  
responsável pela digitação e revisão  
das Atas das Sessões.  
Coordenadora: Lenita Wendhausen  
Cavallazzi

**Coordenadoria de Divulgação e  
Serviços Gráficos:**  
responsável pela impressão.  
Coordenador: Claudir José Martins

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA  
EXPEDIENTE**

**Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina**  
**Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves**  
**Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC**  
**CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500**  
**Internet: www.alesc.sc.gov.br**

**IMPRESSÃO PRÓPRIA**  
**ANO XV - NÚMERO 1995**  
**1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES**  
**EDIÇÃO DE HOJE: 12 PÁGINAS**

**ÍNDICE****Plenário**

Ata da 005ª Sessão Ordinária da  
16ª realizada em 12/02/2009.....2

**Publicações Diversas**

Aviso de Licitação.....10  
Despacho.....10  
Portarias.....10  
Redação Final.....12  
Resolução.....12

**PLENÁRIO**

# ATA DA 005ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 12 DE FEVEREIRO DE 2009 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JORGINHO MELLO

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Adherbal Deba Cabral - Antônio Aguiar - Cesar Souza Júnior - Décio Góes - Dirceu Dresch - Elizeu Mattos - Gelson Merísio - Giancarlo Tomelin - Herneus de Nadal - Jailson Lima - Jorginho Mello - José Natal - Lício Mauro da Silveira - Manoel Mota - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Pedro Baldissera - Pedro Uczai - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Silvío Dreveck.

**SUMÁRIO****Breves Comunicações**

**DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA** - Registra a presença de funcionários públicos de várias prefeituras do estado; faz referência à reunião do Fórum Parlamentar Italo-Brasileiro; manifesta-se sobre o caso da criança morta vítima de bala perdida no alto vale e encaminha moção ao ministério da Justiça pedindo a punição dos culpados; discorre sobre a sua programação do final de semana.

**DEPUTADO JOSÉ NATAL** (aparte) - Dá seu apoio à moção do deputado Rogério Mendonça pedindo a punição dos culpados no caso da criança morta no alto vale.

**DEPUTADO PEDRO BALDISSERA** - Aborda a realização da II Fecauva; reporta-se à criação de um fundo que dê sustentação à vitivinicultura; pede apoio ao projeto de lei que inclui o suco de uva na alimentação escolar; manifesta-se sobre a 10ª Feira da Melancia e a 7ª Feira do Frango no Assentamento 30 de Outubro, em Campos Novos.

**DEPUTADO ELIZEU MATTOS** (pela ordem) - Registra a presença do prefeito de Cerro Negro, Janerson José Delfes Furtado, e do presidente da Câmara, Ivandel Tadeu da Silva.

**DEPUTADO PEDRO UCZAI** - Manifesta-se sobre a constituição da comissão que vai tratar da implementação da nova universidade federal no estado; discorre sobre a revolução na educação feita pelo presidente Lula; pede ao governo estadual a implementação integral do art. 170 e a implementação do art. 171.

**DEPUTADO JOSÉ NATAL** - Fala do seu descontentamento em relação ao refinanciamento, pelos prefeitos, da dívida do INSS; refere-se ao calote de José Sarney com relação à energia não paga à concessionária; tece considerações sobre o novo batalhão da Polícia Militar em Santo Amaro da Imperatriz.

**DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN** (pela ordem) - Registra a presença da professora Rosa Maria Tesser.

**Partidos Políticos**

**DEPUTADO PEDRO UCZAI** - Aborda a eleição da Mesa do Senado e denúncias com relação a José Sarney; refere-se à renegociação da dívida dos prefeitos com o INSS.

**DEPUTADO DÉCIO GÓES** (aparte) - Elogia a atitude do Lula em colaborar com a gestão dos prefeitos.

**DEPUTADO JOSÉ NATAL** (aparte) - Manifesta-se sobre o refinanciamento da dívida dos prefeitos com o INSS.

**DEPUTADO JOSÉ NATAL** - Reporta-se ao refinanciamento da dívida das prefeituras com o INSS.

**DEPUTADO ADHERBAL DEBA CABRAL** (aparte) - Comenta a necessidade de mudanças no Código Tributário.

**DEPUTADO PEDRO UCZAI** (aparte) - Aborda a necessidade de uma reforma tributária; refere-se ao refinanciamento da dívida das prefeituras com o INSS.

**DEPUTADO RENO CARAMORI** - Refere-se ao Fórum Catarinense pela Preservação da Vida no Trânsito.

**DEPUTADO PEDRO UCZAI** (pela ordem) - Registra a presença de lideranças de Xavantina e Chapecó.

**DEPUTADO JOSÉ NATAL** (pela ordem) - Registra a presença do ex-vereador Luiz Müller.

**DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR** - Aborda o projeto de Recategorização do Parque da Serra do Tabuleiro.

**DEPUTADO DIRCEU DRESCH** (aparte) - Comenta o projeto de Recategorização do Parque da Serra do Tabuleiro.

**DEPUTADO MANOEL MOTA** - Refere-se aos kits construídos com madeira apreendida, enviados pelo Mato Grosso para a construção de casas para os atingidos pelas cheias; aborda o esforço dos governos estadual e federal para superar os prejuízos causados pelas cheias.

**DEPUTADO RENO CARAMORI** (aparte) - Crítica o fato de não serem utilizadas as madeiras apreendidas em Santa Catarina na construção de casas aos atingidos pelas cheias.

**DEPUTADO ADHERBAL DEBA CABRAL** (aparte) - Comenta a reconstrução do porto de Itajaí.

Ordem do Dia

**DEPUTADO PEDRO UCZAI** (pela ordem) - Reporta-se ao não-comparecimento do secretário da Educação atendendo a convite da Casa; manifesta-se contrário à mudança no Regimento Interno.

**DEPUTADO JOSÉ NATAL** (pela ordem) - Registra a presença da ex-vereadora Adeliana Dal Pont.

**DEPUTADO MANOEL MOTA** (pela ordem) - Sauda a ex-vereadora Adeliana Dal Pont.

**DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR** (pela ordem) - Registra a presença da ex-vereadora Adeliana Dal Pont.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

(São lidas e aprovadas as atas.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Inscrito para falar em primeiro lugar o sr. deputado Rogério Mendonça, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Sr. presidente, deputado Jorginho Mello, deputado Jailson Lima, que faz parte da Mesa Diretora da Assembléia Legislativa - e com muito orgulho o alto vale continua representado na Mesa desta Casa -, srs. deputados aqui presentes, inicialmente, gostaria de citar a presença aqui no plenário desta Casa de jovens funcionários públicos de diversas prefeituras do estado de Santa Catarina, que estão aqui em Florianópolis fazendo um curso no ministério do Trabalho: Henrique Borges da Rosa, de Balneário Gaivota; Valdemiro Rossi, de Abelardo Luz; meu parente Rogério Tridapalli Júnior, que aliás, tem o meu nome, Rogério, também é Tridapalli - a minha mãe é Tridapalli nascida em Nova Trento -, e é lá de Guabiruba, e o Juliano Gambá, que é do município de Alfredo Wagner. Eles visitaram o meu gabinete e estão visitando este Poder. Sejam bem-vindos a esta Casa Legislativa catarinense!

Gostaria, sr. presidente, de fazer referência a uma reunião que tivemos, ontem, do Fórum Parlamentar Italo-Brasileiro. O presidente do fórum até ontem foi o deputado Décio Góes, da bancada do PT, e esteve no cargo por dois anos. Ontem, reassumi a Presidência. Eu, que fui, deputado Narcizo Parisotto, o fundador do Fórum Parlamentar Italo-Brasileiro, orgulho-me de estar novamente no comando desse fórum. O deputado Décio Góes fez um trabalho muito bom, e queremos dar continuidade, inclusive aos nossos próprios objetivos em relação ao fórum parlamentar.

Além de falar sobre a minha programação do final de semana, deputado Jorginho Mello, quero fazer referência a um fato que aconteceu no alto vale do Itajaí neste fim de semana. A imprensa ainda não noticiou, mas, com certeza, é um fato que poderá, inclusive, ser veiculado no *Jornal Nacional* e na grande mídia não só brasileira, como mundial.

No último fim de semana, deputado Jorginho Mello, uma criança morreu vítima de uma bala perdida. O tiro surgiu por acaso atingindo uma criança que estava dormindo no seu leito. Toda a população ficou revoltada: "Meu Deus, Ibirama é uma cidade pacata. Como pode uma criança levar um tiro dormindo?" Mas a Polícia Civil começou a investigar, pegou a cápsula da bala, o projétil, e descobriu que era oriunda de armas compradas pela Polícia Federal. E agora? Levaram esse fato à Polícia Federal, que ajudou na investigação, e descobriram que quem deu esse tiro foi um agente da Polícia Federal.

Como aconteceu isso? Esses dois agentes, parece que eram dois, da Polícia Federal foram no final de semana a um evento, a um *show* que houve no município de Ituporanga. Beberam, saíram com garotas, provavelmente quiseram se mostrar frente às garotas, e vieram ao longo da estrada com suas armas de policiais federais, deputado Antônio Aguiar, atirando nas placas e ao lado das ruas. E uma dessas balas inconseqüentemente atingiu aquela criança que estava no seu leito. Os dois policiais provavelmente já estão presos.

Mas eu pergunto: se as pessoas que têm a responsabilidade de investigar sobre segurança, a Polícia Federal, que é uma das melhores do Brasil, age dessa forma, como isso pode acontecer? Por que isso acontece com a nossa polícia, que deveria nos proteger? E é a que nos mata, atinge-nos dentro dos nossos lares.

Por isso estou encaminhando uma moção ao ministério da Justiça, à Polícia Federal, para que realmente tomem providências enérgicas e que os policiais federais, até mesmo civis de Santa Catarina, sejam punidos. Se fosse um policial militar de Santa Catarina ou um policial civil, provavelmente a grande imprensa, até mundial, estaria anunciando.

Aliás, quero parabenizar a Polícia Civil de Santa Catarina, que foi ágil e descobriu, deputado José Natal, o que aconteceu. Inclusive, eu estava parabenizando o delegado Mauricio Eskudlark, que descobriu aquelas pessoas que atacaram os vereadores lá em Camboriú. É possível que alguns dos envolvidos, não sei, sejam do PSDB do Mauricio Eskudlark, do partido do deputado José Natal. Mas não importa quem esteja por trás, o responsável tem que pagar e o delegado-geral, Mauricio Eskudlark, está indo às últimas conseqüências.

Ao mesmo tempo, por isso que, com pesar, com indignação, venho citar esse caso que aconteceu lá no nosso alto vale do Itajaí, em Ibirama, que é uma cidade pacata. E aproveito para parabenizar a nossa Polícia Civil.

O Sr. Deputado José Natal - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Pois não!

O Sr. Deputado José Natal - Muito obrigado pelo aparte, deputado Peninha.

Quero dizer a v.exa. que, independente de sigla partidária, bandido tem que ser banido realmente da sociedade, seja do PSDB ou do PMDB. Não acredito que ainda tenhamos partido político mandando, como outros, atirar em seu adversário político. Não quero acreditar que em Camboriú tenha sido assim. Mas se foi, cadeia!

Com relação à moção, v.exa. terá o meu apoio e acredito que dos demais deputados e da sociedade de Santa Catarina. Se realmente for comprovado que foi um agente da Polícia Federal, ele deve ser expulso.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - É crime, deputado.

O Sr. Deputado José Natal - Eles devem ser presos e expulsos, porque não são dignos realmente de estar numa corporação como a Polícia Federal. É inadmissível homens da lei andarem por aí brincando com armas, brincando de atirar como v.exa. colocou.

Então, não há outra solução a não ser colocar a cadeia e expulsá-los imediatamente para a sociedade não ficar ainda pagando um salário para estarem lá. É isso que tem que acontecer.

E quero me somar a v.exa. nesse pronunciamento, mas com o termo expulsão! O estado, a sociedade não vai pagar salário para bandido, para policial que não soube corresponder.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Prisão, deputado, cadeia! Muito obrigado pelo aparte, deputado José Natal.

Quero aproveitar este minuto que me resta para fazer referência também à minha programação de final de semana, que sempre faço, até para deixar claro aos meus amigos de Guabiruba, de Alfredo Wagner e de outros municípios do estado, as minhas ações. As pessoas pensam que os deputados só trabalham aqui na tribuna. É claro que trabalhamos bastante aqui também, e muito nos finais de semana. E eu sempre faço referência à minha programação.

Amanhã eu estarei visitando os municípios de Brusque e Botuverá; à noite estarei em Ituporanga, numa reunião com a Associação de Engenheiros Agrônomos. No sábado, pela manhã, estarei numa reunião com prefeitos e secretários da Saúde do alto vale do Itajaí, vendo uma estratégia, uma programação, uma ajuda a esses novos secretários e prefeitos. No domingo estarei almoçando na localidade de Barra Nova, no município de Petrolândia. E na segunda-feira estarei visitando os municípios de Presidente Nereu, Witmarsum, Dona Emma, Apiúna e no final do dia estarei em Balneário Camboriú, fazendo uma visita de cortesia ao nosso ex-colega, ex-deputado Edson Piriquito, prefeito daquele município. Inclusive, eu lida nos jornais de hoje que está prestes até a se licenciar por problemas de saúde.

Realmente administrar os municípios de Santa Catarina não é fácil, mas sei que o prefeito Edson Piriquito vai dar conta e fazer um grande trabalho em Balneário Camboriú, como bom administrador e competente que é esse nosso ex-colega do Legislativo catarinense.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - É isso aí, deputado companheiro Peninha.

O próximo orador inscrito é o deputado Pedro Baldissera, do Partido dos Trabalhadores, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente e srs. deputados, aproveito a quinta-feira também para trazer presente algumas atividades que vêm sendo desenvolvidas no extremo oeste, no oeste e no meio-oeste do nosso estado.

Na tarde de ontem, colocava aqui o aniversário de emancipação político-administrativa de Tangará, no vale do rio do Peixe, que completa 61 anos de história daquele município. E junto com o aniversário do município, destaca-se naquela região a segunda edição da Fecauva, que é uma feira camponesa organizada por diferentes movimentos sociais. Estive presente na primeira, estarei na próxima e a partir de amanhã se realizará o II Seminário da Fecauva, numa comunidade do interior do município, com a presença de várias lideranças, de vários movimentos sociais da região e do estado de Santa Catarina.

A Fecauva tem despertado o encaminhamento de algumas matérias nesta Casa, e na tarde de ontem fazia menção, entre elas, à criação de um fundo que pudesse dar sustentação à atividade da vitivinicultura do estado de Santa Catarina, a exemplo de outros estados do nosso país, como o Rio Grande do Sul, que destina 2% dos impostos da cultura da cadeia da uva para a fomentação, a criação desse fundo que serve para o desenvolvimento da atividade da vitivinicultura.

Acreditamos que o nosso estado poderia avançar nesse sentido. Tivemos problemas com as famílias que vivem da atividade, diante das diferentes intempéries que aconteceram na região do vale do rio do Peixe, onde basicamente estão comprometidas em torno de 60% da produção da uva nesta safra. Se tivéssemos amparo e o fundo funcionando, com certeza poderia ser um instrumento para garantir a atividade e o exercício dessa cultura.

Além do encaminhamento da criação desse fundo, enviamos também outro projeto de lei que trata de um incremento na alimentação escolar, até tendo em vista que agora, recentemente, o governo do presidente Lula editou uma medida provisória incluindo no ensino médio a alimentação escolar.

JAC: Sem dúvida nenhuma, nós poderíamos incrementar ainda mais...

Sem dúvida alguma, nós poderíamos incrementar e motivar ainda mais aqueles que vivem da cadeia produtiva da uva tendo o suco de uva na alimentação escolar.

Portanto, a esse projeto que está tramitando nesta Casa, nós pedimos o respaldo e o apoio de todos os parlamentares para que possamos incluir na alimentação escolar esse alimento que, sem dúvida alguma, ajudará muito na atividade daqueles que vivem da cultura da cadeia produtiva da uva.

Mas eu não poderia deixar também de fazer um registro, na manhã de hoje, de que em Campos Novos, no Assentamento 30 de Outubro, nós teremos a 10ª Feira da Melancia e a 7ª Feira do Frango, entre os dias 13 e 15 de fevereiro.

Eu quero realçar essa atividade importante no Assentamento 30 de Outubro, em Campos Novos. Aliás, os nossos assentamentos, por todo o estado de Santa Catarina, têm buscado, através da sua organização, através da sua mobilização e conscientização, incrementar renda para melhorar a qualidade de vida das famílias que vivem nos nossos assentamentos.

Portanto, neste final de semana, do dia 13 ao dia 15, teremos, então, em Campos Novos, no Assentamento 30 de Outubro, a 10ª Feira da Melancia, que é uma demonstração de que a reforma agrária não só é necessária, como é extremamente importante para a inclusão social, para a geração de renda e desenvolvimento nos diferentes municípios onde ela acontece. Para o Brasil isso é bom e para muitos municípios ela tem contribuído enormemente para o seu desenvolvimento, através da presença dos nossos assentamentos.

Nesse sentido, quero deixar aqui registrada a realização da 10ª Feira da Melancia e a 7ª Feira do Frango, e convidar a sociedade como um todo a se fazer presente nas diferentes atividades que serão desenvolvidas nesses três dias comemorativos no município de Campos Novos.

Quero dizer também que vale a pena participar dessas atividades porque é dessa forma que nós vamos transformando a sociedade e fazendo com que as pessoas tenham mais dignidade e mais qualidade de vida.

Fica aqui, então, esse registro e o convite para participarem dessa iniciativa dos nossos assentamentos e aqui, em especial, do Assentamento 30 de Outubro, em Campos Novos.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Muito obrigado, deputado padre Pedro Baldissera.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, gostaria de registrar a presença, nesta Casa, do prefeito de Cerro Negro, Janerson José Delfes Furtado, conhecido como tio Teba, que hoje faz uma visita a este Parlamento, bem como do presidente da Câmara de Cerro Negro, o vereador Ivandel Tadeu da Silva.

Muito obrigado!

O Sr. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Sejam bem-vindos a esta Casa!

Com a palavra o próximo orador inscrito, sr. deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCSAI - Sr. presidente, deputado Jailson Lima, sras. deputadas, srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio AleSC Digital e público que participa desta sessão, quero me manifestar aqui sobre um grande anúncio feito no dia de ontem pelo ministro da Educação a respeito da constituição da comissão que vai tratar da implementação da nossa nova universidade federal em Santa Catarina. Depois de 48 anos, teremos a segunda e grande universidade pública, gratuita, federal no nosso oeste de Santa Catarina.

Ontem foi constituída a comissão e durante um ano serão implementadas todas as tratativas internas para que já em 2010 comecem a funcionar os primeiros cursos, os primeiros vestibulares para que mais jovens tenham direito a estudar, para que mais jovens tenham direito à universidade pública, gratuita e federal, com sede em Chapecó, tendo *campus* em Cerro Largo e Erechim, no Rio Grande do Sul, e em Laranjeiras e em Realeza, no Paraná. Esses cinco *campi* permitirão o início dessa nova universidade pública e gratuita.

Queremos parabenizar toda a comissão, na pessoa do Dilvo Ristoff, da Universidade Federal, que vai coordenar todos os trabalhos dessa comissão, inclusive com o Antônio Diomário de Queiroz, que é da Fapesc, e demais professores, como também a Solange Maria Alves, da UnoChapecó, e professores de outras universidades que vão compor essa comissão de implantação da nova universidade federal pública e gratuita.

Nessa estrutura "multicampi" 30 novos cursos estão previstos para serem implantados e implementados nas áreas da agricultura familiar, tecnologia, licenciaturas e saúde popular, áreas do conhecimento estratégico para o nosso desenvolvimento do oeste e do estado de Santa Catarina e das regiões sudoeste do Paraná e noroeste do Rio Grande do Sul. Novos 500 professores serão contratados via concurso público e ela terá em torno de 400 técnico-administrativos de nível médio e superior, quase um mil empregos diretos na educação e na expansão do ensino superior.

E eu não canso de dizer aqui que a melhor herança que podemos deixar aos nossos filhos e aos nossos netos é uma boa educação, uma boa universidade.

Então, não posso aqui, como professor, como educador, como representante da bancada do Partido dos Trabalhadores na comissão de Educação desta Casa, deixar de registrar e anunciar essa boa notícia.

São mais de quatro décadas somente com uma única universidade federal em Santa Catarina, e agora se expande essa nossa universidade para Curitiba, Araranguá e Joinville, três grandes regiões do estado.

E com o anúncio dessa nova universidade no oeste, com sede em Chapecó, só temos que comemorar e parabenizar o governo do presidente Lula e o ministro Fernando Haddad, que inicialmente discordava da construção de uma universidade federal. Mas um instituto tecnológico nós conseguimos para o oeste. Conseguimos uma universidade federal e um instituto tecnológico para Chapecó e para São Miguel d'Oeste. Queremos que o instituto tecnológico de Videira possa ter expansão e extensão em outras cidades, como a de Fraiburgo. E estamos discutindo a possibilidade que haja uma escola toda equipada, que poderá se transformar numa extensão da nossa Escola Técnica Federal para que lá na cidade de Fraiburgo possa haver escola técnica pública e gratuita para a nossa juventude.

Com isso, nós queremos dizer que o governo do presidente Lula está fazendo uma revolução na educação. Ele ampliou os recursos para a educação infantil, para o transporte escolar, para a merenda escolar; deu uma boa notícia agora com um decreto permitindo 30% da merenda escolar, se comprada dos agricultores familiares; expandiu os recursos para o ensino médio junto com a criação do Fundeb, da educação infantil, do ensino fundamental e médio, permitindo mais recursos não só para o ensino regular do ensino médio, como também para a educação de jovens e adultos que não tiveram acesso à escola no período normal de suas vidas. E as escolas técnicas federais foram transformadas de Cefet para Ifet, tendo agora não só escola técnica, mas também graduação, mestrado, doutorado, centro de pesquisa tecnológico, além de cursos de licenciaturas.

Teremos a expansão das universidades federais não só de *campi*, não só de novas universidades, como também as vagas das atuais universidades federais foram expandidas com novos cursos, novas vagas, novas matrículas. Para se ter uma idéia, em 2002, 113 mil alunos estavam matriculados nas universidades federais. Agora, em janeiro de 2009, está dobrando esse número, de 113 mil para 227 mil jovens, que terão acesso, a partir deste ano, nas nossas universidades federais. E eu, como deputado, como educador, como pai, fico feliz de ver o meu filho numa universidade federal. E tenho a grata alegria de dizer que o meu filho vai cursar também a Universidade Federal de Santa Catarina, em Engenharia de Produção Mecânica. Então, o meu filho também pôde conquistar esse direito de estudar numa universidade pública e gratuita.

Srs. deputados, em nome da bancada do PT, queremos parabenizar Fernando Haddad, ministro da Educação, e o governo do presidente Lula, desejando que a expansão do ensino superior permita que mais filhos de agricultores, mais filhos de trabalhadores, mais filhos de micro e pequenos empresários possam ter acesso ao ensino superior público, gratuito e de qualidade. E que essa universidade no oeste de Santa Catarina permita também, ao mesmo tempo, o desenvolvimento regional, diminuindo as desigualdades e as diferenças sociais.

Por outro lado, quero dizer aqui que o governo do estado tem que fazer a sua parte na expansão do ensino superior. Queremos - porque no ano passado o governo não implementou o art. 171 - que 2009 seja o ano da implementação. Além do art. 170, que concede bolsa de estudo para os nossos jovens universitários, queremos que este ano seja também o ano da implementação do art. 171, porque com os recursos dos incentivos fiscais concedidos para as empresas privadas, o 1% que vai ser destinado ao ensino superior, que efetivamente seja cumprida a Constituição, seja cumprida a lei, seja cumprido esse preceito constitucional de destinar recursos para a bolsa de estudo, para bolsa de pesquisa e extensão não só para os cursos de graduação, mas também de pós-graduação, *latu sensu e stricto sensu*.

Então, queremos que 2009 seja o ano da implementação desse artigo.

Por isso temos, neste momento, de um lado o governo federal fazendo uma revolução no país, mas, por outro lado, o governo do estado também precisa fazer a sua parte, implementar o art. 171, expandir a Udesc para as outras regiões do estado de Santa Catarina, expandir novos cursos da Udesc para o oeste, para além da Engenharia de Alimentos, em Pinhalzinho; para além de Zootecnia, em Chapecó; para além de Enfermagem, em Palmitos. A Universidade Federal tem essa dívida de implantar novos cursos e novos *campi* nas diferentes regiões do estado e no oeste de Santa Catarina.

Enfim, este ano nós queremos cobrar também do governo do estado a implementação integral do art. 170, a implementação e a implantação do art. 171, iniciando agora, em 2009, a expansão da Udesc, porque o próprio art. 171 permite o recurso de 10% para a expansão de cursos e *campi* da nossa Udesc.

E nessa direção que quero dizer que a educação é o futuro, a melhor herança que um pai e uma mãe podem deixar para os filhos, e nós, agentes públicos, queremos uma boa educação, uma boa universidade para a nossa juventude.

Portanto, é assim que se pensa e que se projeta um bom futuro.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra o próximo orador inscrito, o sr. deputado José Natal, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Sr. presidente, srs. deputados, catarinenses que nos prestigiam através da TVAL e da Rádio AleSC Digital, primeiramente quero dizer obrigado ao presidente em exercício Jailson Lima, tuano de boa pelagem, pois com certeza é verdade que acreditamos em v.exa. E os demais deputados e a sociedade de Santa Catarina têm em v.exa. um grande companheiro que está disposto a ver o estado cada vez mais a se destacar no cenário nacional, com as metas do PSDB e dos demais partidos que compõem esta Casa.

Mas eu quero voltar, sr. presidente, srs. deputados e catarinenses, a um assunto que ontem eu falei aqui. E como o meu tempo foi muito curto, talvez eu não tenha sido muito claro. Quero aqui ratificar o meu descontentamento com a postura de alguns aloprados do governo Lula, que provavelmente, como diz o senador Mão Santa, com quem eu concordo, deram-lhe a infeliz idéia de que ele proporcionasse aos ex-prefeitos caloteiros deste país, e existem bastantes... E alguns, cada vez mais com a solidificação da nossa democracia, são reconduzidos, quatro anos posteriores, aos cargos novamente.

É que o governo Lula deu, do dinheiro de muitas empresas, de muitos funcionários públicos municipais que ainda se encontram no regime de CLT - pois há muitas prefeituras neste país que adotam o regime de CLT -, a possibilidade do refinanciamento da dívida do INSS, num valor de mais de R\$ 14 bilhões que os caloteiros que deixaram as administrações sacaram do funcionário, sacaram das empresas que realizaram os serviços públicos e deixaram na boca da caixa das prefeituras os 11% de INSS referentes à obra ou ao serviço realizado.

E o presidente Lula, na intenção de não prejudicar os novos prefeitos, tenta ajudá-los. A visão dele até está dentro de uma linha que quer dar condições aos novos prefeitos de trabalhar, porque, é verdade, se o município não estiver regularizado com a Certidão Negativa de Débitos dos governos federal e estadual, ele não poderá ter o direito legal de receber os recursos oriundos do governo federal e do governo estadual.

Mas isso é um absurdo. O presidente Lula simplesmente conduziu a possibilidade do refinanciamento. E os caloteiros, o prefeito que sacou o dinheiro dos funcionários e não colocou no INSS, o ex-prefeito que sacou o dinheiro da empresa, que deixou na boca da caixa e também não enviou para o INSS, vão ficar assim?

Aí está o grande erro. Por isso é uma bagunça e vai continuar uma bagunça, lamentavelmente. Não era para eu dizer desta tribuna, mas, do jeito como as coisas estão caminhando, não há solução. É só paliativo e mais paliativo!

Fernando Henrique Cardoso, quando era presidente, cometeu essa mesma imbecilidade, meu Deus do céu. Existem prefeituras neste país que ainda estão pagando refinanciamentos do INSS da época do governo de Fernando Henrique Cardoso, que também deu essa condição de refinanciar. Isso nunca vai ter uma solução. E quem fez isso no passado hoje é prefeito novamente! Não pagou. O Fernando Henrique foi lá, praticou o mesmo ato que está sendo praticado pelo presidente Lula. E ainda temos prefeitos daquela época que hoje são prefeitos novamente. O que eles farão? Darão o calote novamente, e vai ficar tudo na mesma. E nós vamos ficar aqui, desta tribuna, quem é político sério, falando aos ventos. Quem é vereador, que briga pela sua cidade, que quer ver a coisa certa, vai continuar falando aos ventos novamente.

O exemplo tem que vir de Brasília, mas o exemplo de lá nunca vem bem dado. Inclusive, quando chega aqui somos obrigados a remendá-lo. E remendar como? Isso é um absurdo, mas existe muita gente batendo palmas. Mas não pode, porque é totalmente imoral pegar o meu dinheiro, fazer festa com ele, no bom sentido, e depois refinanciar a dívida. "Não pago a conta. Vou refinanciá-la." E vai por aí afora.

Só para a sociedade catarinense saber, no *Notícias do Dia*, coluna do Sardenberg, que começa a escrever hoje, está o calote do Sarney, que é proprietário de uma empresa de eletricidade em seu estado. Faz tempo que a empresa está quebrada. Não paga a energia para a concessionária que ele detém, e novamente vai continuar do jeito como está. Então, é fácil fazer política com o dinheiro dos outros.

Vou trazer esse assunto à tona e detalhá-lo mais. Li, superficialmente, a notícia, mas já vi que o Sarney assumiu o Senado da República há menos de uma semana e já está vadiando (desculpe-me a expressão) com o dinheiro da sociedade brasileira.

As pessoas pagam energia elétrica para a empresa dele, mas ele não paga a energia elétrica para o governo federal, para a concessionária. E a Aneel já deu parecer de que aquilo deveria ser fechado, deveria ser tomado, porque a empresa deve demais.

Brincar com o dinheiro da sociedade brasileira? Não admito que isso aconteça. E eu, como funcionário público, na época em que contribuí para o INSS, também fui enganado. O meu dinheiro foi usurpado. O prefeito da época recolhia dos funcionários e não depositava no INSS. Isso há bastante tempo. E agora vem essa balela novamente de refinanciar. É triste ter que vir aqui e falar disso. Tinha que falar em coisas boas. Mas não, sempre é dado um jeito para beneficiar quem não é sério.

O presidente Lula, a sua equipe, refinanciou? Refinanciou. Mas então deveria editar uma lei logo em seguida para que o prefeito que cometeu isso não pudesse se reeleger nas próximas eleições. Mas daqui a quatro anos estarão todos eles, novamente, candidatos e enganando todos nós.

Quero, com muita alegria, srs. deputados, dizer que ontem à noite fui a Santo Amaro da Imperatriz, junto com o secretário da Segurança, Ronaldo Benedet, com o tenente-coronel Cleres Stiffens, comandante do 7º Batalhão de São José, com o capitão Nilton, comandante do batalhão de Santo Amaro da Imperatriz, entregar a ordem de serviço para que seja construído naquela cidade o novo batalhão da Polícia Militar, porque o que está lá hoje não tem mais condições de trabalho.

Foi assinada a ordem de serviço para a realização de uma obra física toda nova, com o custo de aproximadamente R\$ 500 mil. Fui um dos interlocutores para que isso acontecesse e quero agradecer ao secretário Ronaldo Benedet, que prontamente, quando lhe falei que a coisa estava grave, que o processo licitatório estava pronto e legal, que faltava apenas assinar a ordem de serviço, marcou para quatro dias depois o que realizamos ontem.

Com certeza absoluta, após aquela obra física pronta, toda a Corporação da Polícia Militar, que exerce suas funções com brio e garra, em Santa Catarina, ficará ainda mais satisfeita.

Essa é a minha alegria. Queria poder vir aqui todos os dias e dar uma notícia boa como essa, mas quando vejo o Sarney cobrando do contribuinte, através de uma empresa dele, a energia e não repassando aos órgãos competentes; quando vejo o dinheiro do INSS ser negociado à revelia e nada ser feito, fico muito triste.

Vou voltar a falar no horário dos Partidos Políticos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Giancarlo Tomelin - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Giancarlo Tomelin.

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Sr. presidente, desejo registrar, com alegria, a presença aqui no Parlamento catarinense da professora Rosa Maria Tesser, que é, se não a mais, uma das maiores conhecedoras do Contestado em Santa Catarina. Ela tem um trabalho na área da cultura que muito honra nosso estado, espalhando pelo país o seu conhecimento na área. Agradeço a sua presença.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Seja bem-vinda, professora Rosa Maria Tesser, que com certeza enaltece a nossa Maria Rosa do Contestado.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quinta-feira, os primeiros minutos são destinados ao Partido dos Trabalhadores.

Com a palavra o deputado Pedro Uczai, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. presidente, deputado Jailson Lima, srs. deputados, no horário do Partido dos Trabalhadores não poderia deixar de fazer esse diálogo democrático e ético com o deputado José Natal.

Em primeiro lugar, todos os peemedebistas aqui, as lideranças do PMDB, defenderam o Sarney porque nós, do Partido dos Trabalhadores, buscamos eleger Tião Viana para presidir o Senado Federal. O seu próprio partido nos apoiou nessa empreitada de eleger o Tião Viana, com uma postura ilibada, histórica, coerente, de retidão e de compromisso não só com o Senado Federal, mas com a República e com o Brasil. E se existem denúncias com relação ao José Sarney, com certeza o Partido dos Trabalhadores será o primeiro a pedir que se apure e que sejam ressarcidos aos cofres públicos os desvios de recursos públicos.

Gostaria de saber qual é o debate em relação ao INSS, o que está pegando, incomodando os tucanos e o DEM. É porque o Lula consegue ter os aplausos dos prefeitos dos partidos do DEM, PSDB, PMDB, PDT, PPB, PT, de todos os partidos que governam os municípios do país? Realmente, existe um ciuemezinho forte dos tucanos não só com a popularidade, mas com a maestria e a engenharia política que o governo federal está fazendo, enquanto Fernando Henrique colocava cachorros atrás dos prefeitos e nunca os recebeu. Inclusive, o ex-deputado Ivan Ranzolin esteve aqui, nesta tribuna, à época, testemunhando como foi que os cachorros morderam os prefeitos em Brasília.

Nesse momento, o presidente Lula anuncia recursos de um milhão de casas, até 2010, para o nosso povo que precisa de suas casas. E em plena crise, está dando resposta com investimentos em infra-estrutura, rodovias, portos e aeroportos, ferrovias, programas sociais, aumentando os recursos do Bolsa Família, aumentando o salário mínimo real em 6,9%, anunciando a renegociação com o INSS, enquanto Fernando Henrique, os tucanos, mantiveram archoado o salário dos trabalhadores deste país.

Deputado José Natal, eu gostaria que nenhum prefeito precisasse renegociar com o INSS; eu gostaria que não tivesse nenhum caloteiro, porque já fui prefeito de Chapecó e paguei INSS de dívidas passadas, de prefeitos passados e irresponsáveis também.

Então, quero concordar com essa tese. Agora, o povo, neste momento, não pode pagar a conta; o povo, neste momento, não pode ser prejudicado em investimentos, inclusive, para continuar gerando emprego e movimentando os investimentos no espaço municipal.

Acredito ser interessante o deputado José Natal vir aqui à tribuna questionar e chamar de imbecilidade. Eu acho que Fernando Henrique pode deixar que v.exas., os tucanos, aqui defendam se ele é imbecil ou não, mas o Lula tem assumido a responsabilidade neste momento histórico de contribuir com os prefeitos, renegociando a dívida com o INSS, não dando calote na dívida, não deixando de pagar, porque todos vão pagar, só que num prazo maior. Diferente dos incentivos fiscais que o seu governo de Santa Catarina também concede para 200 meses, sem juros, sem correção monetária, sem multa, etc.

Portanto, o que o governo do presidente Lula está fazendo é permitir a renegociação para dar respostas à conjuntura atual de crise. Certamente, o governo Lula não gostaria de estar renegociando com o INSS. Mas é a conjuntura de resposta à crise. Por isso, ele está assumindo com os prefeitos neste momento, para que eles tenham possibilidades de investimentos e, paralelamente a isso, para que façam um governo que se comprometa com o municipalismo.

Eu fui presidente da Fecam, fui prefeito de Chapecó, deputado José Natal, e toda a lista das reivindicações dos prefeitos foram atendidas. Inclusive, deputado Décio Góes, à época, v.exa. era prefeito de Criciúma, assim como tantos outros prefeitos que aqui estão nesta Casa, como o deputado Jailson Lima, e sabe que todas as nossas reivindicações foram atendidas. Até o Fundo de Participação dos Municípios passou de 22,5% para 23,5%.

A bancada propôs aqui que de 25% passasse para 27% do ICMS o repasse para os municípios. Então, vamos dar uma contribuição estadual para os municípios, porque se o governo do estado, PMDB e PSDB, aumentar o repasse para os municípios, ficará mais fácil pagar o INSS.

Srs. deputados, o governo Lula não é imbecil, não é caloteiro, porque todos vão pagar, e quem fez tem que assumir a responsabilidade. Ainda bem que a ditadura se foi.

Quem julga as contas de prefeito não é o presidente Lula, deputado José Natal, é o Tribunal de Contas, é o Judiciário. É ali o espaço do julgamento. Se o prefeito fez corrupção, se desviou dinheiro e não pagou o INSS dos servidores públicos, se precisar, vai para a cadeia. Se precisar, será responsabilizado.

E quero que o deputado do DEM, que construiu um castelo, não só seja cassado, como também que vá para a cadeia.

Por isso, a renegociação não é calote nem renúncia. A renegociação é a extensão de prazo para pagar e dar condições para que o povo seja atendido nos municípios do Brasil, independentemente partido político.

O Sr. Deputado Décio Góes - V.Exa. me concede uma aparte?

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Pois não!

O Sr. Deputado Décio Góes - Deputado Pedro Uczai, é importante que v.exa. traga esse debate de como o presidente Lula tem tratado os municípios, porque é inegável a fantástica diferença de governar do passado com a de agora, até devido às condições que se criaram, que se acumularam em função de várias políticas, através das quais transferiram para os municípios responsabilidades sem os devidos recursos, acumulando ao longo do tempo várias demandas. Nós, que fomos prefeitos, sabemos disso. Então, não dá para colocar todo mundo com o mesmo conceito. Tem que separar o joio do trigo.

Muitas prefeituras têm dificuldades mesmo em relação à Previdência, porque irresponsavelmente foi deixado de fazer repasse ao INSS por muitos e muitos anos. E aí tem um prazo, e não é de um dia para outro, para colocar as coisas em dia.

Então, é louvável a atitude do presidente Lula. Não existe cidade neste país que não tenha placa do governo federal demonstrando colaboração com a gestão dos municípios. Mas, infelizmente, isso não é entendido por todos os prefeitos. O prefeito de Criciúma, por exemplo, preferiu ficar em Criciúma em vez de restabelecer uma ligação mais forte com o governo federal e aproveitar esse momento. Ele prefere ficar na cidade e vender o patrimônio público para financiar máquinas e equipamentos.

O povo brasileiro, qualquer pai de família, qualquer dona de casa, deputado José Natal, tem noções básicas de gestão e sabe que não vai vender a sua casa para comprar um carro, porque existem vários tipos de financiamentos para equipamentos no mercado. E agora o presidente Lula ainda fez financiamentos especiais para essa questão.

Mas o prefeito prefere ficar em Criciúma, usando a velha fórmula de privatizar, de vender o patrimônio público. É lamentável! Mas aqueles que foram ao presidente sabem do resultado que estão tendo. E a maioria dos prefeitos brasileiros tem confiança no presidente e sabe dos avanços que estão acontecendo.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Obrigado, deputado Décio Góes.

O Sr. Deputado José Natal - V.Exa. me concede uma aparte?

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Pois não!

O Sr. Deputado José Natal - Eu quero dizer, deputado Pedro Uczai, que a questão do governo do estado dar incentivos fiscais para as empresas se instalarem ou terem competitividade com as demais não tem nada a ver com o calote do INSS. Não confunda alhos com bugalhos. V.Exa está querendo confundir. Mas não é nada disso. Eu critiquei o Lula, não retiro, e também critiquei o Fernando Henrique, que praticou o mesmo ato. E daí, depois, vem o Lula e refinancia a dívida com o INSS? Não! Temos que responsabilizar, sim, quem sacou o dinheiro do funcionário, do contribuinte que mostrou serviço, e não enviou ao INSS.

Por isso, o aposentado no Brasil vive mal. E os senhores ficam aqui defendendo a melhoria dos salários dos aposentados, que essa é uma das bandeiras do PT e do país?! E estou torcendo para que dê certo. Só que não existe suporte financeiro por causa disso, sr. deputado, porque todo mundo dá o calote e fica no refinanciamento. É uma loucura!

Então, que não se faça política demagógica com o aumento do salário mínimo, já que não se tem estrutura para isso.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Deputado José Natal, sobre os incentivos fiscais, nós vamos conversar em outro momento, de qual é o significado, porque inclusive o avanço industrial de Santa Catarina é menos do que a média nacional. É um equívoco essa política industrial em Santa Catarina. E não tem relação. Eu estou discutindo a questão de responsabilização do dinheiro público. E o governo Lula está transformando este país...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado José Natal.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Sr. presidente, srs. deputados, catarinenses que nos acompanham, eu já assomei a esta tribuna por diversas vezes e elogiei o governo Lula. E não deixarei de fazer isso em momento nenhum, quando for necessário e quando eu perceber a coerência, como toda vida teve, nas questões dos grandes atos administrativos do Lula neste país.

Não tenho dúvida de que ele também é uma marca, como foi o Fernando Henrique. Nós demos, porque sou do Partido da Social Democracia, o pontapé para que tudo isso acontecesse. E o Lula pegou o bonde andando. E foi tolo. Ele teve que, realmente, pegar o aprendizado do PSDB, daquela equipe magistral que tinha Fernando Henrique Cardoso, e dar continuidade; senão, ele ficaria na contramão da política brasileira e da política internacional. E eu quero parabenizá-lo por isso. Eu já o parabenizei e quero continuar parabenizando-o.

Agora, o time do PSDB, no passado, é o mesmo time, mais aperfeiçoado ainda, que a partir de 2010 irá comandar este país. Eu não tenho sombra de dúvida. Não adianta fazer toques e retoques na Dilha. Não adianta nada. Tem que ser uma coisa nova, líquida e perfeita. Retocaram demais a Dilha. Mas cuidado, porque ela irá tropeçar nos retoques que fizeram nela.

Deputado Pedro Uczai, tenho admiração por v.exa. e pelos demais deputados. Por isso, voltarei à questão da dívida com o INSS para não ser mal interpretado. Reitero o que eu disse: Fernando Henrique Cardoso cometeu o mesmo erro que cometeu a equipe que deu a orientação para o presidente Lula proceder da forma que procedeu.

V.Exa., deputado Pedro Uczai, e tantos outros deputados nesta Casa, este deputado, quantas vezes subimos a esta tribuna, sendo governo ou não, pedindo e falando na questão do aposentado neste país, que ajudou, sim, com certeza, a colocar esta nação no patamar em que se encontra hoje. Muitos e muitos cidadãos comuns deste país deram o seu sangue e todas as suas vidas profissionais, desde aquele que capinava até o grande empresário deste país, que tem a tecnologia à disposição, para continuar o desenvolvimento, enfim, todos contribuíram para o alicerce do desenvolvimento deste país. E hoje estão em casa ganhando um salário mínimo de fome, há muito tempo.

E quantos defenderam essa bandeira aqui de que o salário mínimo é uma miséria, é uma porcaria? E é. O cidadão não tem direito à saúde e a tantas outras coisas. Até para fazer uma ressonância magnética demora seis meses, um ano. E nós implementamos o SUS. O SUS é uma criação do Fernando Henrique Cardoso, deputado Pedro Uczai. Mas ainda continuamos tendo dificuldades.

E v.exa. vem dizer aqui que o parcelamento da dívida do INSS não vai prejudicar ninguém? Vai prejudicar, realmente, o aposentado, o assalariado, que quer ganhar melhor.

Por que o presidente Lula não vai dar a eles um aumento salarial? Porque não tem suporte de caixa. E não tem. Não tem.

Isso é uma coisa que já vem batida há muitos e muitos anos, concordo. Mas a luz brilhou, e brilhou de uma forma diferente para quem tanto criticava no passado as mazelas, dizendo que as coisas iam pelo ralo abaixo. Quero dizer que a equipe do presidente também pegou o caminho do ralo. Deixaram as coisas que não poderiam ir pelo ralo abaixo acontecer e o dinheiro que era para estar no caixa do INSS não está.

Volto a dizer: depois, esses cidadãos que administraram pequenas e grandes cidades neste país voltarão a comandar o destino das pessoas, voltarão a comandar o destino de funcionários públicos abnegados, que têm realmente responsabilidade, e dá-lhe os R\$ 14 bilhões de refinanciamento. Assim a ciranda continua, o carnaval vem, virá outro carnaval e o que o PSDB fez no passado praticamente não representa nada, porque parece que o PT é o rei. Parece que o governo Lula é o rei da cocada preta. Ele sabe tudo, e, na verdade, esqueceram de cobrar do José Sarney o que está devendo. Vou colocar assim.

Então, se não querem o INSS, reconduzam o processo para cobrar o que o José Sarney está devendo ao governo federal através da geração de energia.

O Sr. Deputado Adherbal Deba Cabral - V.Exa. me concede uma aparte?

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Pois não!

O Sr. Deputado Adherbal Deba Cabral - Deputado José Natal, gostaria de parabenizá-lo pela polêmica que estamos tendo aqui neste momento.

Temos o governo Lula, o governo Fernando Henrique Cardoso, mas nós, que também tivemos a oportunidade de dirigir prefeitura, gostaríamos de salientar ao nobre ex-prefeito de Chapecó, deputado Pedro Uczai, que temos hoje projetos importantes com os quais precisamos nos preocupar, como a mudança do Código Tributário, porque precisamos melhorar a nossa tributação. Hoje sabemos que o empresário sério no Brasil não consegue sobreviver, até porque a carga tributária é muito alta.

Com referência a esse parcelamento do INSS, acho que o governo federal está fazendo o que os governos anteriores fizeram, até porque nós temos mais de cinco mil prefeituras no Brasil que têm problemas com o INSS, e na verdade o governo federal apenas está parcelando aquelas dívidas que são de governos anteriores, dos governos que foram se sucedendo.

Com referência aos incentivos fiscais, gostaria de dizer ao nobre deputado Pedro Uczai que enquanto houver essa briga de estados para trazer indústrias e para melhorar os empregos, nós vamos ter esse problema.

Então, acho que Santa Catarina nada mais fez, através do governador Luiz Henrique da Silveira, dos governadores anteriores também, do que criar empregos e dar condições para que as nossas empresas possam sobreviver.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Pedro Uczai - V.Exa. me concede uma aparte?

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Pois não!

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Quero fazer apenas pequenas observações, deputado José Natal.

Com relação aos incentivos fiscais, concordo com o deputado Adherbal Deba Cabral, temos que acabar com a guerra fiscal com uma boa reforma tributária. Esse é o caminho e isso é fundamental. Mas ao mesmo tempo poder-se-ia dar incentivo fiscal para as micros e pequenas empresas, que geram três, quatro, cinco vezes mais empregos do que as grandes empresas ou os grandes grupos que têm pouca geração de emprego.

Em segundo lugar, em relação ao seu pronunciamento, acho que são concepções diferentes de política, temos que respeitar. Como foi a experiência do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso em relação à política do salário mínimo e da aposentadoria? Com respeito à aposentadoria, por exemplo: Quanto por cento de aumento real o Fernando Henrique Cardoso deu

aos aposentados em oito anos? Aos que vivem de salário mínimo, o governo Lula, em cinco anos, concedeu 46% de aumento real acima da inflação. Neste momento, o novo salário concedeu 6,9% de aumento real, e os que ganham acima do salário mínimo tiveram um aumento de 5,9%. É o ideal? Não é. Mas há que se ter responsabilidade sobre a economia, sobre o conjunto do impacto que se dá no processo econômico produtivo e sobre a própria Previdência.

Isso é uma realidade.

Quanto à questão dos R\$ 14 bilhões de INSS dos prefeitos, com certeza o governo, se pudesse receber todos agora, receberia, até porque precisa. O governo renegociou, a pedido e por solicitação dos próprios prefeitos, para que esses possam mudar a vida do povo.

O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso tem dívida com a Previdência, com o salário mínimo e com os próprios aposentados.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Deputado Pedro Uczai, eu entendo realmente que os atuais prefeitos não podem pagar por essa questão, já que não são eles os responsáveis. Mas o grande problema é que - volto a reiterar - quem já praticou no passado e ganhou a oportunidade hoje é prefeito novamente, e tem muitos casos. Daqui a pouco sai o Lula, vai vir o José Serra como presidente deste país, e ele aí, por uma necessidade administrativa nos municípios, prorroga o INSS ou outro tipo de dívida do governo federal, e o dinheiro é sacado do lugar legal para uma finalidade legal, e não é feito.

É esse o meu posicionamento. Não sou contra o refinanciamento, mas temos que responsabilizar quem não repassou ao INSS. É esse o meu posicionamento, sr. presidente, que com certeza é para contribuir. Não vou deixar, aqui, desta tribuna, de colocar os meus pontos de vista. Sou contra o Sarney, sou contra o Lula, sou contra o Fernando Henrique Cardoso, sou contra aquilo que não está perfeito.

Aqui no estado...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Reno Caramori.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, eu deveria usar o horário destinado ao meu partido para comentar algum assunto referente ao processo político-partidário que hoje enfrentamos com dificuldades, com divergências, com desleixos, com virtudes, mas preferi trazer um assunto de suma importância para o nosso estado, estado este campeão de acidentes de trânsito no Brasil. É lamentável que tenhamos que fazer este registro, mas Santa Catarina é o estado campeão de acidentes de trânsito no Brasil.

Por isso já há algum tempo foi criado o Fórum Catarinense pela Preservação da Vida no Trânsito. O dr. Edegar Martins teve essa iniciativa e nós, como presidente da comissão de Transportes, representando este Parlamento, temos participado de todos os eventos, de todas reuniões, de todos os acontecimentos para tentar sensibilizar o povo catarinense, a nossa juventude, o nosso pai de família, a nossa mãe de família, o nosso caminhoneiro, os nossos motoristas de coletivos, enfim todos aqueles que usam as rodovias, pela preservação da vida no trânsito.

Portanto, na tarde de ontem, a partir das 14h, na sede do DNIT, reunimo-nos pela primeira vez para fazermos a programação anual de trabalho do Fórum Catarinense pela Preservação da Vida. É importante que se registre aqui que contamos com a presença de 55 entidades ligadas, de uma maneira ou de outra, ao trânsito, além de órgãos oficiais e entidades empresariais. Iríamos perder bastante tempo se fôssemos declinar o nome de todas as pessoas que lá compareceram.

Mas a reunião teve início às 14h e estendeu-se até o fim da tarde. Tivemos uma tarefa bastante importante no planejamento das atividades de 2009, e, além disso, outros assuntos virão no decorrer do ano. No dia 7 de abril, Dia Mundial da Saúde, haverá várias programações em todos os municípios de Santa Catarina mostrando a importância da preservação da vida no trânsito.

Em julho, haverá o VIII Seminário Catarinense. No dia 5 de agosto, Dia Nacional da Saúde, também haverá nova programação sobre o tema. Em setembro, a Semana do Trânsito. No dia 23 de setembro, o Dia Nacional do Trânsito. Em novembro, mais programações: Dia Mundial em Memória das Vítimas de Acidentes de Trânsito, uma campanha ilustrativa, educativa, com a participação dos catarinenses, das entidades afins e de todos ligados ao setor, com concursos de cartazes de educação no trânsito e outros.

Esse debate foi muito importante nessa programação. O representante da secretaria de Educação mostrou a necessidade de nós criarmos junto ao corpo docente da Educação alguns temas que podem colaborar nessa campanha tão importante, minimizando a situação do nosso trânsito.

Mostraram a realidade, pelas estatísticas que nos foram apresentadas, da situação das rodovias estaduais e federais; a potência dos motores dos veículos atuais, quer sejam caminhões, ônibus, automóveis, motos e assim por diante. Tudo isso requer um cuidado muito especial. A situação da fiscalização nas estradas é totalmente deficiente; a sinalização da maioria das nossas estradas é deficiente.

Se olharmos as estradas municipais em toda a nossa região, por onde temos circulado, veremos que o mato tomou conta da sarjeta, o mato está acobertando as placas, a sinalização vertical está totalmente depredada, com placas escondidas e a sinalização horizontal é totalmente deficiente. A conservação das rodovias é deficitária, ou seja, dá para se dizer que provoca acidentes. Se bem que os acidentes normalmente são oriundos da imprudência, mas o fator físico das rodovias e dos veículos também tem criado oportunidades para que isso ocorra.

Mas o mais importante, deputado José Natal - observação unânime -, é a falta de policiamento, principalmente na Polícia Rodoviária Federal. Os postos da Polícia Rodoviária Federal ao longo das rodovias estão praticamente desassistidos. Aqui na BR-282 no sentido extremo oeste vemos que os postos da polícia estão desfalcados, são dois, três ou quatro patrulheiros dobrando o serviço, sacrificando-se para, pelo menos, manter a presença lá no posto e para atender os chamados. Não existe o patrulhamento, nem defensivo e nem corretivo nas rodovias. E, ontem, um patrulheiro presente a reunião estava dizendo: "É impossível trabalharmos com tão poucos patrulheiros nas rodovias, não temos condições sobremaneira de manter o serviço."

Na Polícia Rodoviária Estadual é um pouco menos agressiva a falta de elementos, mas temos problemas como a falta de equipamentos, como a falta de balanças para controlar o peso dos caminhões nas rodovias, a falta de viaturas, a falta de combustível, a falta de equipamentos mais sofisticados para que possamos coibir o que está ocorrendo nas nossas rodovias, não por todos os motoristas, mas pelo motorista infrator, aquele que tem o domínio na sua mente das estradas catarinenses.

Por isso esse fórum é muito importante, deputado Manoel Mota, da preservação das vidas no trânsito. Vamos insistir, mas, se não houver repressão, punição para o infrator, de nada adianta as campanhas que podemos empreender em todo o estado de Santa Catarina e no Brasil se nós não atingirmos o infrator naquilo que lhe machuca, ou seja, colocando a mão no seu bolso, através de multas, da repressão e até da cassação quando necessário.

A impunidade está visível tanto nas estradas estaduais quanto nas estradas federais, por falta de condições aos patrulheiros. Aliás, aqui, eu registro: os patrulheiros são capacitados, treinados e de um gabarito especial, em Santa Catarina, tanto na polícia federal quanto na

estadual, pela formação profissional que eles têm. O que falta é dar-lhes condições para que exerçam a atividade a contento.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Quero registrar, com alegria, aqui a presença do Adalto e do Eugênio, de Xavantina; do companheiro Darci Cenci, meu colega de seminário e ex-padre, que está conduzindo uma secretaria no município, e também, deputado Gelson Merísio, do vereador Márcio Sander, presidente da Câmara municipal da nossa querida cidade de Chapecó.

Quero dizer que com pesar perdemos ontem o jogo Chapecoense contra Figueirense, mas deveríamos ter vencido, pois o resultado 3 a 2 para o Figueirense deveria ter sido 5 a 2 para o Chapecoense, porque nós jogamos melhor. Assistimos ao jogo, torcemos muito, estamos quase sem voz, mas em outra partida o Chapecoense será vitorioso aqui na capital do estado também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Quero me associar às colocações feitas pelo deputado Pedro Uczai, especialmente no que diz respeito a dar boas-vindas ao nosso presidente da Câmara de Vereadores de Chapecó, Márcio Sander, e lamentar, deputado José Natal, o triste resultado para nós ontem e feliz para os alvinegros na derrota da Chapecoense, injusta, mais uma vez, mas ocorrida.

O Sr. Deputado José Natal - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado José Natal.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Muito obrigado, sr. presidente. Também estou triste, pois o meu Avaí levou uma derrota. Mas tudo bem, a vida segue, e nós estamos aqui para falar de tantas outras coisas.

Quero, com muita satisfação, sr. presidente e srs. deputados, registrar a presença, nesta Casa, do companheiro, ex-vereador do PSDB do nosso querido município de Rio do Oeste, Luiz Müller, que está aqui, não mais vereador, mas sempre atento aos problemas daquela cidade em busca de soluções para o desenvolvimento de Laurentino.

Parabenizo o companheiro amigo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados à bancada do DEM.

Com a palavra o deputado Cesar Souza Júnior, por até oito minutos.

Se quiser explicar também esse caso aí da jornada do seu Avaí ontem, tem o tempo necessário.

O SR. DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Cumprimentando o presidente Gelson Merísio, temos certeza de que o segundo turno será diferente.

Srs. deputados, ontem, na reunião dos líderes, ficou estabelecido o novo cronograma de votação de um dos projetos mais importantes que esta Casa analisará neste ano, que já vem analisando desde o ano passado, o projeto de Recategorização do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, porque esse que se estende por diversos municípios da Grande Florianópolis e também do sul do estado de Santa Catarina.

Ficou estabelecido que essa votação acontecerá até o início do mês de março, como prazo definitivo. Definindo-se também a possibilidade de análise acontecer na comissão de mérito, que é a comissão de Turismo e Meio Ambiente.

É importante, srs. deputados, nós termos absoluta noção da responsabilidade que cabe a esta Casa. Primeiro, quero cumprimentar aqui o governador Luiz Henrique da Silveira e também o secretário Onofre Santo Agostini pela

coragem de, finalmente, terem enviado para esta Casa a resolução de um problema que se arrasta há mais de 35 anos. Um problema de caos urbanístico, administrativo e também ambiental. O parque foi instalado com a melhor das intenções, uma justa intenção de preservar o grande patrimônio da região da serra do Tabuleiro, do Cambirela, das belas praias que temos no sul de Palhoça, dos mananciais que enchem a Grande Florianópolis com suas águas consumidas.

Agora, o fato é que houve há muito tempo no parque, primeiro, a omissão do poder público em não ter indenizado os proprietários centenários pelas suas residências, aí começou o grande erro. Hoje estimativas dão conta de que seria necessário R\$ 1 bilhão para que se fizesse a total indenização por conta dos proprietários. E o que houve na região do Tabuleiro foi um fato lamentável de termos tido sem a efetiva fiscalização do poder público durante todos esses anos, sem a indenização por parte dos proprietários, uma situação de caos. A região cresceu e temos hoje, principalmente na região sul de Palhoça, uma cidade estabelecida, uma região que conta com mais habitantes do que a maioria dos municípios catarinenses e que vive na completa ilegalidade, tendo uma simples reforma de uma cozinha que ser judicializada, passando pelo Ministério Público.

Então, é uma situação que não pode prosperar e sobre ela teremos aqui um exaustivo debate. Agora, até é uma preocupação minha, e o deputado Gelson Merísio esteve conosco na reunião de líderes, e temos a intenção de que a Casa resolva esse problema o mais rápido possível! São 35 anos de debate e a preocupação fundamental tem que ser a preservação ambiental, a preservação da natureza, mas também garantir às comunidades envolvidas na região do parque que se não forem indenizadas pelas suas propriedades, que tenham a possibilidade de usufruir da terra dentro dos limites. Não quer dizer que aquilo que for excluído do parque passe a valer tudo.

É importante que a partir de agora com a recategorização impere definitivamente a lei, porque daqui para frente, definidos os novos limites, aquilo que for parque que permaneça intacto do ponto de vista ambiental, porque temos aqui uma tradição no Brasil que acaba distanciando a proteção ambiental da população que quer usufruir daquele espaço. Não temos hoje nos nossos parques ambientais, nem na serra do Tabuleiro - e há ali um espaço muito insipiente como, por exemplo, no município de Florianópolis, onde temos mais de 27 áreas de preservação permanente - espaços para as pessoas frequentarem aquele lugar, para as pessoas usufruírem da beleza da natureza e se aproximarem, inclusive com exploração turística sustentável daquele local.

Há polêmica, e há ainda alguns pontos a serem esclarecidos, mas é fundamental que esta Casa ouça a todos e tome uma decisão soberana, porque cabe ao Poder Legislativo fazer as leis ouvindo a sociedade democraticamente, como esta Casa não tem se furtado de fazer. Agora, o que não pode mais acontecer é Santa Catarina ficar decidida a nada decidir, postergando uma situação de difícil resolução, mas como está não pode mais permanecer.

Tenho certeza de que ouvindo a comissão de Turismo e Meio Ambiente, e que essa matéria vindo a plenário, tomaremos a melhor decisão. Mas é hora, sim, de tomarmos uma decisão e de garantir dignidade e cidadania às pessoas lá envolvidas, como também de preservar aquele belo patrimônio. Há solução! É possível! É um momento histórico que esta Casa vai começar a vivenciar a partir da tramitação final dessa matéria.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Ouço o deputado Dirceu Dresch, do PT, em aparte.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Primeiro quero dizer que ontem registrei aqui a primeira reunião do colégio de líderes e já construímos um acordo, pois é um tema bastante polêmico, difícil, e a comunidade quer que as coisas se resolvam. Mas entendemos, como liderança, que precisamos de um tempo e que a matéria passe pela comissão de Turismo e Meio Ambiente, que trata do tema, para construirmos na Casa um grande acordo. Como v.exa. dizia esse problema vem rolando há 30, 35 anos e há um consenso entre todas as bancadas de que é preciso construir um bom acordo para que possamos de fato conseguir avançar e começar a dar um encaminhamento a toda essa polêmica.

Então, é um grande tema, para o qual foi feito um bom acordo no sentido de votarmos até dia 04 e acho que isso é muito importante.

Quero parabenizar v.exa. pelo pronunciamento, e pelo acordo que construímos ontem, no sentido de fazer um belo encaminhamento aqui na Casa e resolver esse problema da população que lá vive e, também, para o nosso estado.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Muito obrigado, deputado Dirceu Dresch.

Tenho certeza de que nós temos a grande responsabilidade sobre os nossos ombros de uma situação que se mantida vai continuar condenando chefes de família e pessoas decentes, que ocupam aquela terra de maneira legítima, há muitos anos, sendo tratadas como marginais e que também não vem garantindo a sustentabilidade ambiental da região.

Recategorizar o parque. É o momento de investirmos de maneira decisiva na fiscalização. O que não pode acontecer é cada vez que a fiscalização falhar, que o estado não indenizar, ir recategorizando até o parque não mais existir. Isso não pode acontecer! Mas nesse momento urge uma solução definitiva. Receberei agora no meu gabinete o presidente da Câmara de Palhoça, o vereador Nazareno Martins, juntamente com uma grande comitiva do município de Palhoça, pois há alguns pontos ainda a serem esclarecidos, e temos certeza de que esta Casa conseguirá fazê-lo nesta tramitação, para que possamos, no começo do mês de março, definitivamente, dar solução àquele grave conflito.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra, o sr. deputado Manoel Mota, por até 17 minutos, com a concordância do seu líder, deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, visitantes que nos dão a honra de prestigiar o Parlamento catarinense, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio AleSC Digital, venho a esta tribuna para fazer alguns registros importantes do que acontece no nosso estado.

O presidente do Inmetro, Paulo Roberto Mundt, junto com o presidente do Inmetro de Mato Grosso - e lá não é Inmetro, é Imeq -, iniciaram um diálogo e fizeram um convite a este parlamentar e ao amigo Pedro Lopes, presidente da Fetraesc, Federação de Transportes e Cargas do Estado de Santa Catarina, para irmos a Mato Grosso, onde tivemos um encontro com o Ministério Público e o Poder Judiciário. Lá as madeiras apreendidas são entregues ao Inmetro, órgão que controla tudo, e quem determina para onde vai é o Poder Judiciário e o Ministério Público. Acho isso importante, pois tudo aquilo que acontece naquele estado tem um controle bastante rígido.

Então, tivemos uma reunião com o Ministério Público, o Poder Judiciário, o juiz, a promotora, que durou praticamente cinco horas e que iniciou com uma doação de 50 casas de madeira prontas. Depois avançamos, chegamos a 100 e, finalizamos a conversa com 150 kits de madeira para a construção de casas de tamanho 42.5m<sup>2</sup>, destinadas àqueles que sofreram e que perderam os seus bens com as cheias que aconteceram na região do vale do Itajaí e também na região do vale de Araranguá.

Depois de muita conversa, muita ação, eles disseram que fariam primeiro esse lote, para o qual realizaremos uma prestação transparente das ações e, em seguida, estariam prontos para conversar novamente e fazer uma nova remessa.

Então, é uma solidariedade do Brasil inteiro com Santa Catarina. É um negócio fantástico! E isso nos deixa emocionado e motivado porque com todos esses problemas, o governo do estado de Santa Catarina, o governo Luiz Henrique da Silveira, tem trabalhado 24 horas por dia e se dedicado de corpo e alma na reconstrução deste estado e todo esse trabalho deve ser reconhecido.

Mas é preciso também reconhecer o grande trabalho do governo federal, de Luiz Inácio Lula da Silva, que tem sido um grande parceiro do governo do estado e do povo de Santa Catarina, não se omitindo em nenhum instante em ajudar, contribuir e criar linhas de crédito para que nós possamos reconstruir e restabelecer as empresas que foram atingidas. O governo do estado rapidamente mandou uma medida provisória para atender as empresas que praticamente perderam a matéria-prima, que tiveram um prejuízo astronômico.

Então, o estado tem que buscar esse prejuízo para si porque se deixar em dívida ativa, meu caro líder Antônio Aguiar, essas empresas vão quebrar, vão falir, e isso não é interesse do estado, mas, sim, que elas continuem a produzir gerando emprego, renda e desenvolvimento para Santa Catarina. Por isso, o estado deve arcar com essa dívida. E, numa ação extraordinária aqui, o Parlamento aprovou, por unanimidade, Situação e Oposição, a matéria para que pudéssemos atender esses empresários.

Então, é importante não esquecermos que o Brasil inteiro ficou com os olhos voltados para Santa Catarina. A ação dos catarinenses foi extraordinária nos lugares atingidos, houve muita solidariedade. Mas é preciso reconhecer que o governo federal tem sido um grande parceiro. Então, não dá para negar, precisamos fazer esse registro com muita convicção sobre o que aconteceu no nosso estado.

Para quem não sabe, deve chegar aos cofres públicos do estado uma soma de R\$ 200 milhões de prejuízo real, porque para essas empresas serem atendidas os cofres deixarão de receber esses recursos. Mas é preciso ter uma cabeça como a do governador Luiz Henrique da Silveira para somar e multiplicar porque o estado perde, mas a população não perde e continua gerando emprego e renda para que possamos ter um estado de qualidade como temos a cada instante. Não posso me omitir neste momento e deixar de fazer esse registro tão importante.

Srs. deputados, se não estou enganado, no dia 19 o presidente da República estará de volta a Santa Catarina e tenho certeza de que não virá de mãos abanando, que virá novamente para ajudar a somar para que possamos reconstruir o nosso estado para que ele volte à normalidade.

Sabemos que o porto de Itajaí tem uma arrecadação em torno de R\$ 36 milhões por dia e que deve haver um prejuízo incalculável para o governo federal, estadual e para a prefeitura de Itajaí. É preciso passar por cima desses obstáculos esquivando os problemas da dor e do sofrimento daqueles que perderam seus familiares e ver o estado continuar produzindo, crescendo, desenvolvendo, trazendo mais indústrias para cá, gerando emprego e renda, porque isso é tudo o que nós queremos para Santa Catarina e para a nossa população.

O Sr. Deputado Reno Caramori - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Ouço o eminente deputado Reno Caramori, porque a mesma garra que temos nessa reconstrução do estado, tenho certeza de que cada parlamentar também tem e v.exa. não é diferente.

O Sr. Deputado Reno Caramori - Deputado Manoel Mota, quero cumprimentá-lo pela sua disposição de ter intermediado toda essa participação do estado com o Mato Grosso para ajudar os nossos desabrigados em Santa Catarina.

Mas até certo ponto é uma humilhação para os catarinenses, pois v.exa. imagine se o Ibama, a Fatma ou a Polícia Ambiental tivessem um esquema e liberassem toda a madeira apreendida em Santa Catarina, já na sua grande maioria apodrecida, ou apodrecendo por questões burocráticas, quantas centenas de casas nós poderíamos fazer também em Santa Catarina! Se percorrermos o estado, deputado Manoel Mota, e levantarmos o volume de madeira apreendida veremos que é muito grande.

Tenho certeza de que o estado de Mato Grosso tem conhecimento do que ocorre em Santa Catarina, e devem estar-se perguntando por que enquanto estão nos socorrendo a madeira catarinense está *sub judice*, está apodrecendo nos depósitos dos fiéis depositários ou no pátio do Ibama, da Fatma, enfim, está sob os cuidados de alguém determinado pela Justiça.

Então, isso nos causa até um constrangimento, deputado Manoel Mota, porque estamos recebendo centenas de telefonemas de pessoas e de entidades solicitando a madeira que está no Ibama, que é uma grande metragem de madeira apreendida. A Fatma apreendeu aqui e a madeira está apodrecendo. Por que não se manda serrar essa madeira, dando a participação para o serrador para que ele produza a madeira dentro das especificações para a construção civil e aproveitamos isso, deputado Manoel Mota?

Acho que é importante, é louvável a sua atitude, não tenho a menor sombra de dúvida, mas o que nos causa estranheza é que as nossas autoridades catarinenses em todos os sentidos não se lembram dessa madeira para ser aproveitada.

Parabéns a v.exa!

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Cumprimento v.exa. e incorporo suas palavras ao meu pronunciamento.

A partir deste instante nós vamos criar uma comissão aqui no Parlamento para visitar os locais para saber quanto de madeira o nosso estado possui, porque não podemos admitir que, se existe essa madeira em Santa Catarina, ela não seja utilizada para as pessoas que estão ainda desabrigadas e sofrendo.

Eu acho que nós não podemos tirar o mérito de Mato Grosso ser solidário nesse momento, porque vem tudo montadinho, são *kits* prontos. Por isso, nós não podemos considerar isso como humilhação, porque não podemos considerar todas as doações do Brasil inteiro como uma humilhação para Santa Catarina. Eu não considero!

Eu quero tirar o chapéu para o povo brasileiro que teve a grandeza de poder olhar para Santa Catarina com os olhos, com o coração e com amor. E vendo aquele sofrimento fizeram todos os tipos de doações. Por isso, tiro o chapéu.

Também quero agradecer ao Pedro Lopes que conseguiu da federação todo o transporte gratuito para Santa Catarina. O Inmetro e o Imeq de Mato Grosso vão coordenar todas essas ações. O estado não terá custo nenhum e a população receberá a casa prontinha, montada, pintada sem custo nenhum.

Quero dizer que a Cohab vai construir seis mil casas naquela região. Então, temos que tirar o chapéu, pois estão se desdobrando dia e noite. E tudo isso está sendo feito em parceria com o governo federal, que não mede esforços para somar e fazer essa parceria com o governo do estado, através da Cohab, para realizar essas ações.

Então, é preciso ver se existe essa madeira em Santa Catarina e para isso devemos constituir uma comissão com integrantes de todos os partidos, para que possamos pressionar de todas as formas e assim ter também essa madeira transformada em casas para o povo catarinense, que sofreu tanto e que precisa de uma ação muito forte do Parlamento, que tem feito isso em todos os momentos.

O Sr. Deputado Adherbal Deba Cabral - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - É uma honra ouvi-lo, deputado, v.exa. que vem de uma região que tinha ficado descoberta, mas agora não está mais, porque o deputado e agora prefeito Jandir Bellini acabou assumindo a prefeitura, a mesma coisa o nosso amigo Edson Dias (Piriquito), que era um parlamentar exemplar, atuante, que também assumiu a prefeitura.

Nós fizemos uma ginástica com o meu amigo líder, deputado Antônio Aguiar, para que nós pudéssemos colocar Valdir Cobalchini na secretaria de Articulação e v.exa. viesse para ajudar a sua região, o Parlamento e o povo catarinense.

O Sr. Deputado Adherbal Deba Cabral - Parabéns pelo seu pronunciamento, deputado.

Nós, que viemos da região da Foz do Itajaí, do vale do Itajaí praticamente, fomos atingidos com essa enchente que assolou a nossa região.

Eu gostaria de agradecer o presidente do Inmetro, dr. Paulo Roberto, e todos aqueles que estão trabalhando, pelo fato de nós podermos trazer esses benefícios para a região do vale do Itajaí.

Com relação ao porto de Itajaí, que é um dos grandes portos que nós temos no Brasil, queremos aproveitar para parabenizar o prefeito Jandir Bellini, o presidente do porto, dr. Antônio Ayres, porque a partir de abril teremos a inauguração de mais um berço, uma vez que temos dois destruídos e hoje passará a contar com dois berços.

Quero agradecer também o governo federal na pessoa do presidente, na pessoa do ministro Pedro Brito, que nos próximos dias estará em Itajaí assinando o início da reconstrução dos dois berços.

Entendo que isso é muito importante, deputado Manoel Mota, porque o porto de Itajaí hoje está sofrendo uma recessão muito grande, os trabalhadores portuários estão praticamente parados, uma vez que esse porto, além do problema da dragagem, só tem um berço trabalhando.

É importante que nós, deputados da Assembléia Legislativa, e os deputados federais se empenhem para que possamos reativar o desenvolvimento e o início das operações do porto de Itajaí.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Agradeço o seu aparte, deputado Adherbal Deba Cabral, e o incorporo ao meu pronunciamento.

Mas quero dizer também, srs. deputados, que é fundamental o papel do Congresso Nacional, porque os nossos senadores e a nossa senadora têm feito um trabalho permanente em parceria.

Então, é preciso reconhecer tudo isso. A senadora Ideli Salvatti não mede esforços para vir aqui para ajudar, ela se senta com o governador e corre a região, sem querer saber se é o partido "a", "b" ou "c".

O importante é que no momento Santa Catarina precisou e todo mundo foi solidário, todo mundo ajudou! O estado do Rio Grande do Sul, que também teve problemas em cima de problemas, foi um parceiro em doações de mercadorias, cesta básica, roupas etc. O Paraná foi outro parceiro, São Paulo foi outro parceiro. O Rio de Janeiro estava sofrendo com enchentes e os caminhões estavam chegando em Santa Catarina. Minas Gerais também estava sofrendo com as enchentes e os caminhões estavam chegando aqui.

É preciso reconhecer a solidariedade do povo do Brasil no momento que Santa Catarina precisou. Então, nós não podemos esconder essas ações.

Sr. presidente, eu queria falar sobre um evento que vai acontecer nos próximos dias em Santa Catarina, que é o Rodeio dos Campeões, mas vou deixar para falar em outra ocasião.

Só quero dizer que o estado de Santa Catarina quer dizer obrigado ao governo Lula, quer dizer obrigado ao povo brasileiro por esse momento decisivo da reconstrução do nosso estado, pois tenho a convicção de que dentro de poucos dias Santa Catarina andará a passos largos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que será enviada aos destinatários a Indicação n. 0013/2009, de autoria do deputado Silvio Dreveck, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do deputado Nilson Gonçalves, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da Associação Empresarial São Francisco do Sul, cumprimentando-o pela eleição e posse no cargo daquela entidade.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Reno Caramori, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito e ao presidente das Câmaras de Vereadores de Tangará, Capinzal, Piratuba e São Miguel d'Oeste, cumprimentando-os pelo aniversário dos respectivos municípios.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Pedro Baldissera, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente nacional do INSS, pedindo a disponibilização de peritos para atender a demanda de serviços na agência de Chapecó.

A Presidência defere de plano.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Peço a palavra, pela ordem, para uma questão de ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, para uma questão de ordem, o sr. deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Este deputado, em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores, encaminhou requerimento que foi aprovado por unanimidade nesta Casa, portanto, foi o Parlamento que votou e aprovou. Depois de não termos sido atendidos após um convite formal feito ao secretário da Educação, foi feito um requerimento de convocação.

Solicito a v.exa. que nos informe qual o encaminhamento que a Mesa Diretora pode dar diante do não-retorno do secretário, tendo o prazo legal já extrapolado, em função do desrespeito à Constituição, do desrespeito a este Parlamento, do desrespeito à aprovação unânime desta Casa.

Então, este é o primeiro encaminhamento que eu gostaria de fazer através de requerimento verbal a v.exa.

Em segundo lugar, quero deixar registrado nos anais desta Casa que ontem houve uma votação, mas o meu avião atrasou e eu não pude chegar a tempo. Mas quero manifestar minha posição, acompanhando o nosso líder de bancada, deputado Dirceu Dresch, em relação à mudança do Regimento Interno.

Este deputado, como líder da bancada, cumpriu todos os acordos da bancada com v.exas. e com as demais lideranças, quais sejam: a composição da Mesa, a escolha da Presidência, a composição das comissões. Contudo, em nenhum momento nós assumimos compromisso de mudança do Regimento Interno.

Portanto, o direito democrático dos parlamentares se manifestarem tem que ser preservado e que isso fique claro publicamente, porque fui líder da bancada até semana passada. E manifesto aqui a mesma posição do deputado Dirceu Dresch, ou seja, nos opondo à aprovação da mudança do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Somente quero registrar, deputado Pedro Uczai, com toda a clareza, o entendimento que tenho, pois participei na época como líder do nosso partido, das negociações que culminaram com o acordo para a Mesa e também para as comissões. E de fato nunca houve por parte do líder do PT o compromisso de alteração do Regimento. Houve, sim, um entendimento para a ocupação pelos partidos na Presidência das comissões. Tanto é que nunca se discutiu nomes naquele momento. A celeuma surgiu a partir da indicação dos nomes que conflitavam para serem eleitos, mas não havia nenhum compromisso, nenhum acordo que tenha sido quebrado, que não tenha sido cumprido.

Quero deixar registrada a posição absoluta e legítima de v. exa. e do deputado Dirceu Dresch de questionarem a alteração do Regimento, que é um direito de v. exas., assim como também exerceram seu direito os demais deputados que aprovaram a referida medida.

Mas fica registrado que não houve qualquer alteração nem sequer mudança no que foi entendido e acordado pelos líderes. E com relação ao requerimento, o responsável pelo encaminhamento é o primeiro-secretário, deputado Moacir Sopelsa, que regimentalmente vai fazê-lo de uma forma oficial ao secretário. E não havendo resposta também de forma oficial, responderá v. exa., para que possa tomar as medidas que entender necessárias caso não haja o atendimento ao requerimento proposto.

O Sr. Deputado José Natal - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado José Natal.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Sr. presidente, quero registrar com muito orgulho a presença, nesta Casa, da nossa amiga, ex-vereadora e candidata a prefeita do município de São José, a minha ex-colega de bancada naquele Parlamento, Adeliana Dal Pont, nossa ex-secretária

de Saúde. E tivemos um passo adiante no passado na saúde em São José, e agradecemos a ela. O meu carinho à Adeliana e à Suzana, que estão aqui nesta Casa, com certeza absoluta, abrilhantando o nosso trabalho.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Manoel Mota - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Da mesma forma, quero deixar registrada a visita dessa brava guerreira Adeliana Dal Pont, que fez um trabalho extraordinário em São José e por isso capitalizou e conseguiu quase chegar à prefeitura.

Tive a honra de ser prefeito de Araranguá e ela foi seis anos minha secretária de Saúde e Bem Estar Social. Ela fez um trabalho inesquecível.

Por isso eu gostaria de fazer este registro e dizer da alegria de poder estar, na manhã de hoje, visitando o Parlamento de Santa Catarina, essa pessoa que a gente sabe e considera que é uma guerreira e é fundamental não só na área da saúde, mas em qualquer questão aqui no estado de Santa Catarina.

Então, eu gostaria de deixar registrado isso, com muita honra, no Parlamento catarinense.

Muito obrigado, sr. presidente!

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Pela ordem, Sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, também, como líder da bancada, gostaríamos de deixar aqui a nossa consideração à Adeliana Dal Pont, que tem apoio de toda a nossa bancada e que temos certeza de que brevemente estará trabalhando no governo do estado de Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Feitos os registros, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para terça-feira, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

## PUBLICAÇÕES DIVERSAS

### AVISO DE LICITAÇÃO

#### AVISO DE LICITAÇÃO

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge da Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica a los interessados que realizará licitação na seguinte modalidade:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2009

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, COM TRATAMENTO QUÍMICO DA ÁGUA, FORNECIMENTO E SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS E EQUIPAMENTOS, NO SISTEMA DE AR CONDICIONADO CENTRAL DA ALESC.

DATA: 05/03/2009 - HORA: 09:00 horas

ENTREGA DOS ENVELOPES: Os envelopes contendo a parte documental e as propostas comerciais deverão ser entregues na Coordenadoria de Licitações até as 09:00 h do dia 05 de março de 2009. O Edital poderá ser retirado na Coordenadoria de Recursos Materiais, sala nº 032, no Anexo da ALESC e no site eletrônico ([www.alesc.sc.gov.br](http://www.alesc.sc.gov.br)).

Florianópolis, 12 de fevereiro de 2009.

Lonarte Sperling Veloso  
Coordenador de Licitações

\*\*\* X X X \*\*\*

### DESPACHO

Processo	Licitatório	Modalidade
094/2008		Pregão Presencial nº 001/2009
Objeto:	Aquisição de carteiras em couro com o Brasão e a logomarca da ALESC em alto relevo para serem distribuídas aos Deputados e Ex-Deputados.	
Assunto:	Revogação integral da Licitação na modalidade Pregão Presencial 001/2009.	

#### DESPACHO

Com fulcro no art. 49 da Lei nº 8.666/93 e item 17.1 do Edital Pregão, acolhendo as razões apresentadas pelas áreas técnicas deste Poder Legislativo, revogo, em caráter definitivo, o Pregão 001/2009 por ficar demonstrado que a especificação do objeto não atende os padrões da ALESC e, portanto, a contratação se torna inoportuna e inconveniente ao interesse público.

Com base no art. 5º, inciso LV da Constituição Federal e art. 49, § 3º da Lei 8.666/93, ficam assegurados as licitantes o contraditório e a ampla defesa dentro dos prazos previstos no art. 109 da Lei 8.666/93.

Cumpra-se e publique-se.

Florianópolis SC., 12 de fevereiro de 2009.

Deputado Jorginho Mello  
Presidente da Assembléia Legislativa

\*\*\* X X X \*\*\*

### PORTARIAS

#### PORTARIA Nº 301, de 12/02/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR a servidora **ELEUSA CRISTIANE BASTOS PEREIRA**, matrícula nº 4950, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-8, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de fevereiro de 2009 (Deputado Serafim Venzon).

Paulo Ricardo Gwosdz  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

#### PORTARIA Nº 302, de 12/02/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR a servidora **JAQUELINE SILVEIRA DOS SANTOS SOUZA**, matrícula nº 4928, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-47, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de fevereiro de 2009 (Deputado Serafim Venzon).

Paulo Ricardo Gwosdz  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

#### PORTARIA Nº 303, de 12/02/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR a servidora **SALETE ELLER**, matrícula nº 5443, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-63, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de fevereiro de 2009 (Deputado Serafim Venzon).

Paulo Ricardo Gwosdz  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 304, de 12/02/2009**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

**NOMEAR FERNANDA ALMEIDA KLAS**, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-22, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de fevereiro de 2009 (Deputado Serafim Venzon).

Paulo Ricardo Gwoszdz  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 305, de 12/02/2009**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

**NOMEAR PAULO LUIS CORDEIRO**, matrícula nº 5929, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-31, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de fevereiro de 2009 (Deputado Serafim Venzon).

Paulo Ricardo Gwoszdz  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 306, de 12/02/2009**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

**NOMEAR SERGIO HENRIQUE WEBSTER**, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-23, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de fevereiro de 2009 (Deputado Serafim Venzon).

Paulo Ricardo Gwoszdz  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 307, de 12/02/2009**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

**EXONERAR** a servidora **ADRIANA RIBEIRO REBELO**, matrícula nº 5560, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-43, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de fevereiro de 2009 (Deputado Serafim Venzon).

Paulo Ricardo Gwoszdz  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 308, de 12/02/2009**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

**NOMEAR ADRIANA RIBEIRO REBELO**, matrícula nº 5560 para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-46, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de fevereiro de 2009 (Deputado Serafim Venzon).

Paulo Ricardo Gwoszdz  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 309, de 12/02/2009**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

**EXONERAR** a servidora **ANETE PRIM MARCHI**, matrícula nº 5946, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-63, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de fevereiro de 2009 (Deputado Serafim Venzon).

Paulo Ricardo Gwoszdz  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 310, de 12/02/2009**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

**NOMEAR ANETE PRIM MARCHI**, matrícula nº 5946, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-08, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de fevereiro de 2009 (Deputado Serafim Venzon).

Paulo Ricardo Gwoszdz  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 311, de 12/02/2009**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

**EXONERAR** o servidor **FERNANDO DIAS**, matrícula nº 3671, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-50, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de fevereiro de 2009 (Deputado Serafim Venzon).

Paulo Ricardo Gwoszdz  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 312, de 12/02/2009**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

**NOMEAR FERNANDO DIAS**, matrícula nº 3671, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-70, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de fevereiro de 2009 (Deputado Serafim Venzon).

Paulo Ricardo Gwoszdz  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 313, de 12/02/2009**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

**EXONERAR** a servidora **JOSIANE BENEVENUTE**, matrícula nº 5347, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-61, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de fevereiro de 2009 (Deputado Serafim Venzon).

Paulo Ricardo Gwoszdz  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 314, de 12/02/2009**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

**NOMEAR JOSIANE BENEVENUTE**, matrícula nº 5347 para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-70, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de fevereiro de 2009 (Deputado Serafim Venzon).

Paulo Ricardo Gwoszdz  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 315, de 12/02/2009**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

**EXONERAR** o servidor **MARCELO LOSCHNER**, matrícula nº 5860, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-61, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de fevereiro de 2009 (Deputado Serafim Venzon).

Paulo Ricardo Gwoszdz  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 316, de 12/02/2009**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR **MARCELO LOSCHNER**, matrícula nº 5860 para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-70, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de fevereiro de 2009 (Deputado Serafim Venzon).

Paulo Ricardo Gwosdz  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 317, de 12/02/2009**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **PAULO EDUARDO KRIEGER**, matrícula nº 5931, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-58, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de fevereiro de 2009 (Deputado Serafim Venzon).

Paulo Ricardo Gwosdz  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 318, de 12/02/2009**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR **PAULO EDUARDO KRIEGER**, matrícula nº 5931, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-11, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de fevereiro de 2009 (Deputado Serafim Venzon).

Paulo Ricardo Gwosdz  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 319, de 12/02/2009**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º, §1º, e art. 38, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

DESIGNAR a servidora **IZABEL SONEGO**, matrícula nº 1462, do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa, para exercer, em substituição, a função de Assessoria Técnica-Parlamentar, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, enquanto durar o impedimento do respectivo titular, LAURA BRASCA, que se encontra em licença para tratamento de saúde no período compreendido entre 02 de fevereiro e 02 de abril de 2009 (Gabinete da Deputada Ada De Luca).

Paulo Ricardo Gwosdz  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 320, de 12/02/2009**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º, IV, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e em conformidade com a Resolução nº 967, de 11 de dezembro de 2002,*

DESIGNAR os servidores abaixo relacionados para realizar os procedimentos previstos no Edital de Pregão nº 005/2009:

Matr	Nome do Servidor	FUNÇÃO
1332	Helio Estefano Becker Filho	Pregoeiro
1998	Bernadete Albani Leiria	Pregoeiro substituto
0775	Adriana Lauth Gualberto	Equipe de apoio
2543	Jucara Helena Rebelato	
2169	Sinara Lucia Valar Dal Grande	
0947	Valter Euclides Damasco	

Paulo Ricardo Gwosdz  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 321, de 12/02/2009**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 62, I, e art. 63, caput, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

CONCEDER LICENÇA para tratamento de saúde aos servidores abaixo relacionados:

Matr	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. nº
1362	Maria de Fátima Rampinelli Simon	60	02/02/09	0153/09
1119	Vilma Cardoso	10	02/02/09	0152/09
1500	Ciro Silveira	15	05/02/09	0145/09

Paulo Ricardo Gwosdz  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 322, de 12/02/2009**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 62, I, e art. 63 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

PRORROGAR LICENÇA para tratamento de saúde dos servidores abaixo relacionados:

Matr	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. nº
0323	Maria do Rocio Barreto da Silva	21	01/02/09	159/09
1642	João Joaquim Oliveira	20	02/02/09	160/09

Paulo Ricardo Gwosdz  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 323, de 12/02/2009**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, tendo em vista o que consta do Processo nº 161/09,

RESOLVE: *com fundamento no art. 62, II, e art. 63, caput, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

CONCEDER LICENÇA GESTAÇÃO à servidora **VANESSA TELES AFONSO**, matrícula nº 5853, por 120 (cento e vinte) dias, a contar de 02/02/09.

Paulo Ricardo Gwosdz  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**REDAÇÃO FINAL****REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 001/09**

Dá nova redação ao *caput* do art. 123 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa de Santa Catarina.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º O *caput* do art. 123 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 123. Cada Comissão Permanente terá um Presidente e um Vice-Presidente, eleitos por seus pares, com mandato de um ano. (NR) ....."

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, Florianópolis, 11 de fevereiro de 2009

Deputado Dagomar Carneiro  
2º Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**RESOLUÇÃO****RESOLUÇÃO N. 001, DE 2009**

Faço saber que a Assembléia Legislativa, usando da prerrogativa outorgada pelo art. 48, inciso VIII, da Constituição do Estado, aprovou e eu, Deputado Jorginho Mello, Presidente, nos termos do art. 61, inciso XXII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte Resolução:

Dá nova redação ao *caput* do art. 123 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa de Santa Catarina.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º O *caput* do art. 123 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 123. Cada Comissão Permanente terá um Presidente e um Vice-Presidente, eleitos por seus pares, com mandato de um ano. (NR) ....."

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 11 de fevereiro de 2009

Deputado Jorginho Mello  
Presidente

\*\*\* X X X \*\*\*